O pensamento inquieto





D. Mauro Morelli
Carlos Nelson Coutinho
Luis Pinguelli Rosa
Roberto Aguiar
Cristovam Buarque
Ubiratan D'Ambrósio
Lindberg Faria
Luis Inácio Lula da Silva
Herbert de Souza (Betinho)

Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância - CEAD

1

UnB

O PENSAMENTO INQUIETO

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A DISTÂNCIA

O PENSAMENTO INQUIETO

ORGANIZADORES
CLODOMIR DE SOUZA FERREIRA
JOÃO ANTONIO DE LIMA ESTEVES
LAURA MARIA COUTINHO

CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA, CONTINUADA, A DISTÂNCIA - CEAD

DECANATO DE EXTENSÃO

CENTRO DE PRODUÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA - CPCE

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Reitor: Antonio Ibañez Ruiz
Vice-Reitor: Eduardo Flávio Oliveira Queiroz
Decanos:
Administração e Finanças: João Carlos Teatini de Sousa Clímaco
Assuntos Comunitários: Armando José China Bezerra
Ensino e Graduação: Antônio Carlos Pedroza
Extensão: João Antonio de Lima Esteves
Pesquisa e Pós-Graduação: João da Rocha Hirson

CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA, CONTINUADA, A DISTÂNCIA (CEAD)
Diretor: Elício Bezerra Pontes
Vice-Diretora: Maria Terezinha Galhardo de Castro

Equipe de produção do curso: O pensamento inquieto
Clodomir de Souza Ferreira
João Antonio de Lima Esteves
Laura Maria Coutinho
Organização didática: Elício Pontes
Capa: Bruno Schurmann
Diagramação e arte-final: Francisco Amaral e Kleber Júnior (Ateliê 7)

ISBN 85-230-0035-5

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

P418 O Pensamento Inquieto / Organização de
Clodomir de Souza Ferreira, João Antonio
de Lima Esteves e Laura Maria Coutinho.
-- Brasília : CEAD/Editora Universidade de Brasília, 1993.

118 p.

Curso de Extensão Universitária a Distância.

I. Ferreira, Clodomir de Souza. II. Esteves, João Antonio
de Lima. III. Coutinho, Laura Maria.

CDU 082

S U M Á R I O

A UNB NO SÉCULO XXI 3
ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

O CEAD E O ENSINO A DISTÂNCIA 7
ELÍCIO PONTES

GUIA DE ESTUDO 9

DEUS 11
D. MAURO MORELLI

MARX 23
CARLOS NELSON COUTINHO

CIÊNCIAS 39
UBIRATAN D'AMBRÓSIO

TECNOLOGIA 53
LUIS PINGUELLI ROSA

JUSTIÇA 65
ROBERTO A.R. AGUIAR

FUTURO 79
CRISTOVAM BUARQUE

DEMOCRACIA 93
HERBERT DE SOUZA

REBELDIA 101
LINDBERG FARIAS

ÉTICA 109
LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

A UNB NO SÉCULO XXI

ANTÔNIO IBAÑEZ RUIZ
REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O Forum do Pensamento Inquieto, realizado em dezembro de 1992, teve o mérito de trazer à UnB a voz e a inteligência de importantes personalidades da sociedade brasileira. Entretanto, o Pensamento Inquieto não cabe somente nos auditórios lotados da Universidade. Sua urgência é tamanha que precisamos ampliar seu efeito e multiplicá-lo de quantas formas se fizerem necessárias. As idéias ali apresentadas são agora transformadas em livro. As imagens do encontro estão gravadas em vídeo, produzido pelo Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE). E, finalmente, o privilégio que tivemos de presenciar as palestras do Fórum se transforma num curso a distância, organizado pelo Centro de Educação a Distância— CEAD— para que todos os inquietos, em qualquer ponto do país, possam compartilhar desta experiência gratificante. Agora, na publicação desta edição de O pensamento inquieto, deixo algumas reflexões que julgo apropriadas.

Em primeiro lugar, destaco a alta qualidade das palestras e dos convidados, que emocionam e instigam com suas teses suas intuições e sentimentos. Temos um convívio rico, a síntese da academia com a prática; temos a pluralidade. Certamente, tornamos mais aguda a nossa percepção da necessidade de novos paradigmas e novas referências.

O que mais chama a atenção, no conjunto das falas, é o extremo compromisso com o ser humano e seu destino. E, mais que isso, em vez do discurso do beco sem saída, temos aqui verdadeiros manifestos pela capacidade de transformar a realidade. Podemos afirmar que a inquietação é irmã da esperança. A inquietação é uma manifestação de vida.

O Fórum foi expressamente integrador. Esta atitude abre as portas, oxigena o pensamento e aumenta a compreensão do que seja a ciência, a arte, a técnica, enfim, a cultura. Fica evidente, por outro lado, que a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade ou qualquer outra forma de abordagem não podem ser confinadas a uma nova disciplina. Ela, esta nova atitude, deverá penetrar as estruturas para modificá-las. Não adianta substituir uma ilha por outra ilha.

Precisamos, isto sim, encontrar os elos, devolver o específico numa perspectiva global. Esta concepção ganha substância quando contamina cada instante da nossa produção.

A perspectiva interdisciplinar para nós deixou de ser um desejo para ser um compromisso, uma vez que a UnB, através do seu Conselho Universitário, aprovou o novo estatuto da Universidade de Brasília, substituindo o antigo que, com seus 24 anos, já não correspondia às mudanças que a Universidade vinha concretizando.

No novo estatuto, entre outros avanços, está colocado com todas as letras, no artigo 3º, o princípio da universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade. Eis o desafio: ampliar esta visão e levá-la para o quotidiano. Cabe a todos nós encontrarmos a chave para esta ligação.

A realização desse Fórum é parte do nosso esforço permanente de levar adiante o compromisso fundamental da UnB: o de, como afirmei por ocasião da aula magna que proferi na abertura do ano letivo de 1992, "pensar o Brasil e o mundo como problemas", ou seja, o compromisso com a busca contínua de soluções para os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais que afligem o Brasil e as sociedades contemporâneas nestes tempos de tantas e tão inquietantes transições na ciência, na política, na arte e na economia.

Esse pensar permanente sobre o Brasil e o mundo como problemas deve partir de algumas considerações fundamentais.

Em primeiro lugar, para permitir o pensar permanente sobre o Brasil e o mundo em transição é fundamental que haja, na Universidade, a radicalização da gestão democrática e que essa radicalização se dê, fundamentalmente, no enfrentamento da questão da autonomia, no enfrentamento da contradição estrutural que existe entre o público e o estatal, e não apenas entre o 'público', confundido com o 'estatal', e o privado.

Em segundo lugar, há que se assumir a chamada revolução da informação como base de uma radical reconstrução da universidade pública neste final de século. Lançando mão extensivamente de todos os recursos tecnológicos disponíveis de comunicação, telecomunicação e informática para ampliar a ação criadora da universidade pública sobre a sociedade, impedindo que esses recursos, tão poderosos, continuem a ser, como hoje, privilégio de setores dominantes, como notadamente o setor econômico-financeiro.

Em terceiro lugar, como complemento indispensável de todo esse processo de transformação, é fundamental que juntemos nossos esforços no desenvolvimento de novos paradigmas, que estão a sacudir a imaginação de intelectuais, cientistas, políticos e líderes da sociedade civil, em todo o mundo, nesta transição de século. Precisamos nos mover na direção já iniciada, porém cada vez mais segura, da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade, rompendo significativamente com as divisões artificiais que o conhecimento de base positivista introduziu nas ciências, buscando a alternativa das totalidades, de que são exemplos mais clássicos no mundo hoje os movimentos ambientais de caráter global.

Daí por que é necessário que se inicie e se aprofunde o projeto da UnB, centrado na idéia da 'revolução da informação' como catalizadora natural da agenda descrita acima para os próximos vinte anos.

O objetivo desse projeto, do qual o Fórum do Pensamento Inquieto é um momento simbólico inicial, consiste na formulação de uma nova política para a difusão e socialização do conhecimento da UnB, tendo como premissa a crença de que essa

nova política constitui a base necessária para que iniciemos já a construção da nova universidade que existirá no século XXI; universidade para a qual devem ser estabelecidos os contornos básicos de um novo plano orientador que venha completar o espaço por hora ainda ocupado pelo plano orientador original.

Esse projeto parte ainda do diagnóstico de que, talvez mais do que outra universidade pública brasileira, a UnB já reúne uma experiência notável no campo da chamada 'educação continuada e a distância', bem como no campo da comunicação e da produção audiovisual, além de contar com uma reconhecida editora, com uma das mais completas bibliotecas universitárias brasileiras, de estar ligada a redes científicas por computador, de estar implantando um centro de computação gráfica, e de contar, para médio e longo prazos, com a possibilidade concreta de operar seus próprios canais de rádio e televisão.

Em suma, o que vamos propor é um esforço articulado de projetar para a UnB uma nova política de difusão do conhecimento que, reunindo todas as experiências aqui indicadas, configure um modelo de universidade adaptado às circunstâncias e aos anseios acadêmicos da UnB dos dias de hoje, e que, ao mesmo tempo, como dito antes, lance as bases da 'universidade do século XXI', realmente autônoma, radicalmente pública, ocupada com a busca das soluções para grandes problemas nacionais e internacionais do seu tempo, e voltada para a construção e reconstrução permanente do conhecimento transdisciplinar e totalizante.

O CEAD E O ENSINO A DISTÂNCIA

ELÍCIO PONTES
DIRETOR DO CEAD

A educação à distância é uma realidade em inúmeros países, que a incorporaram aos seus sistemas de ensino, nos diferentes níveis. Já estão superadas algumas polêmicas inicialmente levantadas em razão da desconfiança de uma parcela dos educadores, de que se trataria de uma educação de segunda categoria - discussão que, infelizmente, ainda encontra alguns adeptos no Brasil. Essa argumentação preconceituosa perdeu sua força principalmente nos países que implantaram universidades abertas, concebidas como instituições inteiramente novas e basicamente diferentes das universidades tradicionais. Uma de suas principais características é a incorporação de modernas tecnologias de comunicação, que possibilitam a realização de eficientes atividades de ensino e de aprendizagem, sem que, para tanto, professor e aluno tenham que se encontrar, necessariamente, face a face numa sala de aula. Universidades tradicionais também têm desenvolvido programas de educação à distância, em níveis formais de graduação e pós-graduação, em muitos países. Os resultados apresentados pela EAD são significativos tanto na expansão das oportunidades educacionais a clientelas bem maiores do que aquelas atendidas apenas pelas vias convencionais, quanto nas questões qualitativas relacionadas às inovações metodológicas, que repercutem na própria organização dessas instituições de ensino.

O Brasil já conta com diversas experiências de educação à distância, algumas delas incluindo o uso do rádio e da televisão para o ensino de primeiro e segundo graus, mas ainda não a utiliza de forma sistemática no ensino formal de nível superior. É nesse nível, contudo, que se verifica o maior descompasso entre a demanda da população, em virtude do caráter essencialmente profissionalizante dos cursos de graduação, e a capacidade de atendimento do ensino universitário, considerando-se o atendimento apenas pelas formas tradicionais do ensino presencial. A educação à distância poderia, certamente, oferecer respostas eficazes no enfrentamento dessa situação.

Desde o início da década de 1980, a Universidade de Brasília se utiliza da educação à distância, produzindo e oferecendo cursos de extensão. Esses cursos têm sido veiculados especialmente na forma de fascículos com orientações de auto-aprendizagem, e alguns deles foram divulgados também como encartes em jornais de várias capitais brasileiras. Em 1992, foi lançado o primeiro curso à distância informatizado, de iniciação ao uso do microcomputador ("O microcomputador sem mistérios", produção conjunta do CEAD e da Faculdade de Tecnologia).

O Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância - CEAD - é o órgão que coordena as atividades de educação à distância na UnB, consolidando uma experiência de mais de uma década e de mais de vinte cursos de extensão oferecidos ao longo desse período. Os principais objetivos do CEAD se voltam para a ampliação

das oportunidades de acesso ao conhecimento a um público que não se encontra formalmente na universidade, a expanão do uso da metologia de educação à distância a outros tipos de curso, em níveis de aperfeiçoamento, especialização ou atualização, e a viabilização das condições para seu uso nos cursos de graduação. No desenvolvimento de suas atividades, o CEAD interage com departamentos, institutos, faculdades e núcleos temáticos, para a produção acadêmica dos cursos; com a Editora da Universidade de Brasília, com o Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE), com os Decanatos, com a Diretoria de Administração Acadêmica, com o CPD, com o CEAM, entre outros.

Os cursos oferecidos em nível de extensão não estabelecem exigências ou vinculações com escolaridade prévia, estando abertos a todas as pessoas que se interessem e tenham capacidade de leitura para acompanhá-los de modo individual e independente. Alguns cursos, no entanto, se destinam a clientelas específicas, o que não impede o interesse e aproveitamento por um público mais amplo e diferenciado. As pessoas inscritas contam com acompanhamento do CEAD, podendo ainda solicitar informações ou orientações por carta e telefome. Os trabalhos finais, definidos em cada curso, devem ser enviados para o CEAD, para avaliação e emissão do respectivo certificado de extensão.

GUIA DE ESTUDO

Este curso à distância é resultante do primeiro Fórum do Pensamento Inquieto, promovido, em dezembro de 1992, pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, no qual foram abordados alguns dos temas mais inquietantes para o ser humano e para o cidadão, neste final do século XX. Os textos reproduzem basicamente a fala de seus autores, num tom mais coloquial do que acadêmico, procurando-se transmitir o calor, a emoção e a inquietação vividas durante o desenrolar do fórum.

Embora focalizados por pessoas com diferentes formações e experiências de vida, os temas guardam entre si uma característica básica: a preocupação com indagações permanentes do ser humano (Deus, Justiça, por exemplo) e com aquelas de maior relevância no contexto das relações sociais e políticas (Democracia, Ética, Marxismo/socialismo, entre outras), no presente e no futuro. O curso destina-se a todos os que buscam conhecimento e compreensão sobre esses temas, quase que sempre marcados por idéias conflitantes e polêmicas.

OBJETIVOS DO CURSO

Proporcionar elementos para uma reflexão crítica sobre temas de interesse humano e social, mediante uma abordagem multidisciplinar, desenvolvida por autores com diferentes formações e experiências de vida.

INSTRUÇÕES PARA O ESTUDO

Este curso contém nove unidades, cada uma delas baseada num texto de autor diferente. Os temas são abordados de forma independente, podendo ser lidos na ordem em que aparecem, ou não, conforme o interesse do aluno. A seqüência dos textos é a mesma das conferências do Fórum.

Antes de iniciar o estudo das unidades, leia os textos *A UnB do Século XXI*, do professor Antonio Ibañez Ruiz, reitor da Universidade de Brasília, e *O CEAD e a educação à distância*, do Diretor do CEAD, professor Elício Pontes. Esses textos são importantes para situar a relevância e as finalidades do fórum, dos temas e do curso à distância.

No estudo de cada tema, leia inicialmente as questões para reflexão, que vêm antes de cada texto. Elas chamam sua atenção para alguns pontos importantes do texto, e servem para ajudá-lo a refletir sobre o assunto da unidade. Você poderá, ao longo da leitura, formular questões próprias. Faça anotações, analise criticamente o material de leitura. Se possível, discuta o assunto com outras pessoas ou forme um grupo de estudo. Dispor de companheiros, além de motivar e estimular o estudo, é um valioso recurso de aprendizagem.

Ao final da leitura, reflita sobre as questões propostas e aquelas que você porventura tenha apresentado. Procure respondê-las por escrito. Com isso, você terá a oportunidade de organizar e expor suas próprias idéias e interpretações sobre os temas estudados. Se você tiver alguma dúvida, releia o texto, integralmente ou em parte. Uma segunda leitura sempre revela novos aspectos não percebidos antes, além de sugerir novas reflexões.

Cada texto é acompanhado de algumas sugestões de leitura. Essas leituras são uma oportunidade de aprofundamento dos temas, e constituem uma atividade opcional, que depende de seu interesse e de suas condições de acesso às obras indicadas.

ACOMPANHAMENTO

Durante a realização do curso, se você necessitar de orientações ou informações, dirija-se ao CEAD, por carta ou telefone. Nosso endereço é:

Universidade de Brasília
Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância - CEAD
Edifício Multiusos I Bloco B - Entrada B1 - 14
Campus Universitário
Caixa Postal 04351
CEP 70 919-970 - Brasília - DF.
Telefones: (061) 273-4299 / 348-2281
Telex: 61-2730
Fax: (061) 272-1053

AVALIAÇÃO E CERTIFICADO

Para receber o certificado de extensão deste curso, você deverá elaborar um trabalho final e enviá-lo ao CEAD. Escolha um dos temas e escreva um trabalho de, no mínimo, três laudas datilografadas em espaço dois (ou 90 linhas, podendo ser manuscrito, de forma legível). Você poderá abordar questões relacionadas a mais de um tema, se considerar isso importante e ao seu alcance. As questões para reflexão e suas anotações de leitura serão muito úteis para a elaboração de seu trabalho final.

UNIDADE

9

Ética

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA
PRESIDENTE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

As questões éticas assumiram uma enorme importância na atualidade, e especialmente no Brasil, em face dos acontecimentos que levaram ao "impeachment" do presidente Collor. Mas, ética é apenas a ausência de corrupação na dministração pública, na vida política de um país? Em que medida toda a nossa sociedade foge à ética, quando convive passivamente com o massacre de menores ou com a miséria crescente? É um comportamento ético colocar a coisa pública a serviço de interesse privados? Questões como estas são levantadas por Lula, ao questionar o comportamento histório de nossa sociedade, que parece ter aprendido a conviver insensivelmente com a chamada "lei de Gerson", em que cada um deve procurar levar vantagem em tudo. E os que não podem levar vantagem, e são apenas vítimas da esperteza? Somos todos éticos em nosso modo de agir no dia a dia?

Falar da ética no Brasil pode parecer uma coisa intimamente ligada à questão do presidente Collor ou apenas à questão da política. Acho que se ficarmos pensando em ética apenas como questão política, estaremos diminuindo o sentido filosófico do que representa a ética no nosso comportamento, não enquanto políticos, mas no nosso comportamento enquanto seres humanos, no nosso comportamento enquanto seres que têm uma passagem limitada, um tempo limitado, no planeta em que habitamos. Sei que é muito difícil quando se vem para um debate, quando sabemos de antemão que vários companheiros já falaram antes, tocaram possivelmente em assuntos muito ligados àquele que vamos abordar. Vocês já ouviram falar de Deus, de Marx, da ciência, da rebeldia, de justiça, de arte, de futuro, agora vamos voltar à nossa velha tradição e falar um pouquinho de ética.

Falamos de ética num país onde todos os indicadores demonstram uma tremenda falta de ética

É lógico que mesmo não querendo me ater à questão do Collor, temos que pegar essa questão como um parâmetro de uma nova perspectiva que está colocada para todos nós, aqui no Brasil. Em primeiro lugar, acho importante termos a dimensão de que país estamos falando. Estamos falando de ética num país em que todos os indicadores sociais demonstram uma tremenda falta de ética, ao longo da sua história. Houve falta de ética de Cabral quando veio aqui tomar a terra dos índios. Houve falta de ética durante vários séculos no tratamento que o povo brasileiro vem recebendo. Os dados do IBGE demonstram uma absoluta falta de ética com relação ao nosso povo, à medida que demonstra a existência de 32 milhões de adolescentes até 17 anos vivendo em famílias com menos de dois salários mínimos. Demonstra dois milhões e oitocentas mil crianças com menos de 14 anos trabalhando, quando a Constituição proíbe trabalhar. Demonstra que de cada cem crianças que nascem, seis morrem antes de completarem um ano de idade, e 15 estão predestinadas a ficarem desnutridas, quem sabe fazendo parte da "geração gabiru". Demonstra claramente o empobrecimento generalizado do nosso país. Afinal de contas, estamos falando de ética num país que não age com ética quando trata da questão da sua dívida externa.

Acabo de vir de Paris, onde fui para um debate a convite do Ministério da Educação, e lá nós discutimos que o Terceiro Mundo, em apenas oito anos, mandou para fora 420 bilhões de dólares de dinheiro líquido, como pagamento de juros da dívida externa. É humanamente impossível não ligarmos toda essa problemática à chamada ética no comportamento social e no comportamento político. É muito difícil falarmos de ética num país em que se sabe que as crianças de rua são resultado da falta de ética. Quando se sabe que o aumento de meninas se prostituindo por um prato de comida é falta de ética. Quando se sabe que a ação criminosa do latifúndio pela manutenção do seu poder é falta de ética. Quando se sabe que a sonegação do Imposto Territorial Rural, por parte dos grandes proprietários rurais, é uma questão de ética. Então, no Brasil, a ética está ligada não apenas à questão política, mas a todo um comportamento que historicamente está ligado a uma coisa com a qual nós aprendemos a conviver, que é a famosa "lei do Gerson". A lei que nós temos de levar vantagem em tudo. Eu lembro perfeitamente bem como nós falávamos de políticos ladrões na década de 1950. Naquele tempo, quando um político roubava 1 %, já havia indignação de toda a sociedade, embora não tivéssemos grandes exemplos de punição de políticos. Mas hoje a coisa extrapolou e em

A ética não está ligada apenas à questão política

vez de 1%, as pessoas querem levar trinta,quarenta,cinquenta, ou seja, perdeu-se o sentido de comportamento, por causa da impunidade.

Eu tive uma experiência aqui na Constituinte, e um dos motivos pelos quais eu não concorri mais a deputado, além de ter outro projeto, era o de achar que muitas vezes as pessoas agiam como se estivessem em um grande balcão de negócios. No tempo da votação do mandato do Sarney, era muito comum ouvirmos nos corredores do Congresso: "Quanto vale o seu voto?" Ou seja, a distribuição de rádio, de televisão, a distribuição de terra, o favorecimento das grandes empreiteiras, isto é, uma quantidade enorme de comportamentos antiéticos. A sociedade precisa assumir aquilo que uma parte dela assumiu na luta pelo *impeachment*, para que possamos voltar a falar em ética com "e" maiúsculo neste país. Senão, vamos perceber que não adiantou nada.

Quanto vale o seu voto?

Nós tiramos o Collor. Os mesmos partidos políticos que tiraram o Collor numa votação histórica no dia 29/09/92, os mesmos partidos políticos, com as mesmas camisas, os mesmos distintivos, com os mesmos discursos, não tiveram coragem de ter um comportamento ético na discussão sobre o presidente do PMDB. Não tiveram coragem, não de punir, porque ninguém queria punir, não tiveram coragem de, através da comissão, facilitar a investigação. Ou seja, não permitiram o direito à investigação de denúncias enormes, de fraudes, de falcatruas. Ninguém queria condenar. E como eu já fui condenado uma vez, a três anos e meio de cadeia, de forma precipitada, aprendi a não condenar ninguém precipitadamente. O importante é que as pessoas tenham o direito de defesa, mas ao mesmo tempo, o Congresso e a Justiça tenham total direito à investigação. Estou dizendo isso porque se ficarmos só no Collor, confesso a vocês, que valeu pouco a nossa briga. Porque o problema do Brasil não é um governante. O problema do Brasil é que há uma cultura política, disseminada ao longo de séculos, de que pode roubar, se fizer, não há problema. Se estiver roubando um pouquinho, não tem problema. São só 3%, dá. O povo agüenta. Até 5% o povo agüenta. E aí é prefeito, é vereador, é deputado, é senador, ou seja, é uma parte imensa, e não é apenas a classe política, é a classe empresarial. Uma empresa que age como a Mercedes Benz agiu, dando dinheiro para o 'seu' Curió, dando um milhão e duzentos mil dólares para a campanha do Collor. Ou as empreiteiras que colocam representantes em cada ministério. É um comportamento sem nenhuma ética. E nós precisamos acabar com isso. O cidadão, quando vem aqui a Brasília fazer um negócio, conversar, fazer um *lobby* com um deputado, já parte do pressuposto de que tem de oferecer alguma coisa. Um fiscal qualquer, quando vai fiscalizar uma empresa qualquer, ele já pega ou, quando é honesto, o empresário oferece para ele. Ou seja, prevalece a cultura de que todo o mundo tem de levar vantagem em tudo. E que se dane a maioria do povo que não tem acesso a nada e que não pode nada. Nesse, as pessoas que ainda têm poder nesse país não estão pensando. Quando falamos de ética, precisamos efetivamente fazer uma ligação profunda com a questão social deste país.

Sou daqueles que acham que é por falta de ética que o povo brasileiro está na miséria. É por falta de ética que ele está empobrecido. É por falta de ética que ele não tem efetivamente o direito de ser cidadão neste país. Nós aprovamos uma Constituicão em 1988 que garante princípios extraordinários para todos nós. Todos

É por falta de ética que o povo brasileiro está na miséria

têm direito à escola pública gratuita, a um salário mínimo que permita morar, estudar, ter acesso a uma série de coisas. E nós sequer regulamentamos isso, porque, na minha opinião, não há comportamento ético de uma parte dos políticos para com a sociedade brasileira. E ,às vezes, não há um comportamento ético de uma parte da sociedade para com ela própria. Isso facilita a atuação daqueles que não têm ética.

Se analisarmos o comportamento eleitoral do povo brasileiro, percebemos que uma parte das pessoas, uma grande maioria, inocentemente, e uma minoria, com muita má-fé, elegem políticos que sabidamente não são éticos. Elegem políticos que já são conhecidos na cidade, já são conhecidos no estado, já são conhecidos no país, como sendo pessoas que não têm comportamento ético, que enriqueceram ilicitamente, que roubaram. Mas essas pessoas se elegem. Eu dizia outro dia num debate: "Se tem uma profissão honesta, sabe que é a do político?" Vocês podem dar risada. Sabem por quê? Porque a pessoa se elege, depois pode ser o maior bandido ou coisa parecida, mas se quiser se eleger novamente, vai ter que ir para a rua pedir voto. Ou vai ter que corromper alguém. Se consegue corromper alguém para ajudar, já não está sozinho, já tem mais um. Se aquele cabo eleitoral que se corrompeu, corrompe mais trinta já não são apenas dois, são 32. É a cada quatro anos. Nós temos políticos aí com trinta anos de reeleição, com vinte anos de reeleição, com quarenta anos de reeleição, pessoas que são denunciadas constantemente. E ainda votam em Felipe Chedide, um deputado que vocês conheceram na Constituinte, um deputado de São Bernardo do Campo. Ele foi cassado por vagabundagem, ele não trabalhou na Constituinte. Mesmo assim, em 1990, ainda teve uns 15 mil votos. Significa que havia 15 mil pessoas que, não se sabe por qual motivo, não viam nenhum problema naquele cidadão ter aquele comportamento com a sociedade brasileira.

É a lei do cão funcionando em todos os lugares

Tenho uma experiência que às vezes me leva a dizer: nós somos culpados por tudo que está acontecendo neste país. Às vezes na fábrica tem um peão que está sem dinheiro, quer pegar um dinheirinho emprestado. Vai a um companheiro pedir cinqüenta mil cruzeiros. O companheiro fala: "Eu empresto. Agora, você tem de me pagar cem". Ou seja, é a lei do cão funcionando em cada quarteirão, em cada fábrica, em cada escritório, em cada escola. As pessoas não se respeitam mais, no sentido de começarem a compreender que todos nós temos direito à sobrevivência, e para que nós tenhamos direito à sobrevivência precisamos nos respeitar. Porque se nós não nos respeitarmos, não iremos construir outra sociedade. Todos nós falamos em sociedade justa, fraterna, solidária, socialista, democrática. Mas se não mudarmos o comportamento do ser humano, não construiremos essa sociedade. É por isso que vemos as entidades, às vezes, se digladiando. É por isso que vemos as brigas, até desnecessárias. É por isso que, às vezes, você constrói determinados movimentos que nem sempre são compreendidos. Inclusive, falei ao companheiro Lindberg Farias sobre minha preocupação com os ataques dirigidos à UNE a partir do momento em que terminou a campanha pelo *impeachment*.

Lembro da campanha contra mim quando eu era unanimidade no movimento sindical e resolvi criar um partido político. Todas as matérias de jornais, que falavam do Lula, passaram a dar bordoadas no Lula, sem precedentes. Então é

lógico que quando estamos fazendo uma coisa de interesse de uma parte deles, eles têm um comportamento ético, até dizem a verdade. Mas quando não precisam mais, acabou-se a ética. O dr. Roberto Marinho, agora em Paris, foi convidado para debater um dia depois de mim, falando sobre democracia nos meios de comunicação. E ele falou que a Globo dá espaço para todos. E aí surgiu a pergunta de um companheiro, se era verdade que a Globo tinha ajudado os militares, se era verdade que a Globo tinha ajudado o presidente da República. Ele disse que ajudou o regime militar porque confiava, e que ajudou o Collor porque era filho de um amigo dele, e aquele jovem que prometia o procurou vinte vezes e, numa das vezes, ele descobriu que o jovem falava fluentemente o inglês. Então ele ficou encantado com as propostas do Brasil 2000 e falou para o Collor: "Quando vamos lançar sua candidatura?" Ele demonstrou uma falta de comportamento ético, não com o Lula,Brizola, Mario Covas ou com outro candidato qualquer. Ele demonstrou uma falta de comportamento ético com o povo brasileiro na medida em que um canal de televisão é concessão do Estado e esse canal, no mínimo, tem de estar a serviço da comunidade. Se ele tem de estar a serviço da comunidade, nós precisamos criar um instrumento para poder ter conhecimento da programação, porque senão ela poderá favorecer só um segmento ideológico, e não a toda a sociedade.Acho que quando ele assume essa postura está demonstrando o seu comportamento ético para com 150 milhões de brasileiros ou, na pior das hipóteses, os milhões de telespectadores que assistem aos programas da Globo.

"Quando vamos lançar sua candidatura"?

E o comportamento ético é tão grande, que às vezes está dentro da cabeça das pessoas sem que as pessoas notem. Quando eu era deputado, chegavam pessoas quase miseráveis pedindo um emprego, e então falava: "Não tem companheiro, tem de fazer concurso". É lógico que não dá para explicar para esse cidadão uma série de coisas porque ele não entende, o mundo dele é o emprego que está precisando naquele instante, e que nem sempre ele compreende quando você diz: "Olha, você tem de fazer um concurso, sabe, se não tiver concurso você não pode entrar". É uma falta de ética impressionante, porque vai desde essa coisa menor até a coisa maior que todos vocês conhecem, que resultou no crime da Casa da Dinda.

Eu quero dizer que a questão da ética vai exigir de nós uma dinâmica um pouco maior. Se pararmos no *impeachment* do Collor, não estaremos contribuindo com o tipo de sonho que despertou, que levou milhões de pessoas às ruas e que motivou toda essa briga para afastar o presidente. É preciso que nós, de uma vez por todas, exijamos a moralidade na administração pública. Ninguém pode ser eleito nesse país e governar, ou legislar, em causa própria. Ninguém pode determinar, sem consultar organismos democráticos da sociedade civil, sobre coisas que mexem diretamente com o dinheiro público. Nós vimos agora que a Caixa Econômica Federal deu um desfalque de quase 11 trilhões de cruzeiros no FGTS. Com que direito um cidadão pode mexer em 11 trilhões de cruzeiros que não são dele, que são de toda a sociedade, sem que esta sociedade tenha o direito de saber se ele mexeu ou não no dinheiro?

Não é ético os deputados legislarem em causa própria

Nós precisamos começar a perceber que não é ético, por exemplo, os deputados legislarem sobre seu próprio salário. É preciso que haja mecanismos para que as

coisas sejam feitas mais às claras. Eu não estou aqui fazendo juízo de valor sobre salário de deputado. Mas acho que devemos ter outro comportamento para servir como exemplo, da mesma forma que nós não podemos permitir que um presidente de uma empresa estatal trate a coisa pública como se fosse particular, e a partir dali ele empregue o carreirismo, sem levar em consideração nenhum critério de produtividade, de rentabilidade de uma empresa. Não é que as empresas estatais não funcionem. Nós estamos quebrando, não porque elas não prestem, nós estamos quebrando porque elas são mal administradas, porque elas não são administradas como coisa pública, mas como coisa privada. É a coisa pública a serviço de determinados grupos, quando deveria estar a serviço de todos. Se nós não fizermos isso, não estaremos estabelecendo a ética neste país. Como acho que a falta de ética é uma coisa quase milenar, só não é milenar porque o Brasil não tem mil anos, nós precisamos de muita luta para começar a mudar a situação desse país.

No Brasil, há leis que "pegam" e leis que "não pegam"

Vocês imaginem, por exemplo, o que é falta de ética com a nossa juventude. Acabou de ser aprovado o Estatuto da Criança. As pessoas fazem discurso chorando na Câmara dos Deputados. Várias comissões dos direitos humanos saem pelo mundo afora divulgando o Estatuto da Criança que foi aprovado. As crianças têm direito a tudo: a uma família, a uma casa, à educação. É fantástico, do ponto de vista do princípio geral que está contido na lei. Mas quando olhamos este mesmo Estatuto da Criança, que determina tudo que elas têm direito, e percebemos que neste país o salário mínimo é de apenas 50 dólares, nós imaginamos: "Não pode ser verdade", e não pode combinar o Estatuto da Criança com a distribuição de renda no país. Por isso é que no Brasil se adota um discurso de qua a lei "pega, ou não pega". Porque, se as pessoas fazem o Estatuto da Criança com boa vontade, tentando responder àquilo que é fundamental, é preciso que, do ponto de vista econômico, o governo leve em consideração uma boa distribuição de renda, para que possam ser cumpridas as exigências que estão na Constituição, no Estatuto da Criança, no Estatuto da ONU dos Direitos Humanos, de garantir às pessoas o direito à cidadania.

Como se pode falar em ética num país em que apenas 1% da juventude está na universidade. E a juventude que está na universidade é privilegiada, porque, além de poder estar na universidade, é a que pode estar organizada. Quando poderemos organizar esses milhões de jovens que não entram no mercado de trabalho, que não entram nas escolas e que, portanto, estão predestinados a serem vítimas da violência da polícia nas ruas das grandes cidades? Isso é falta de ética. É dever do Estado, agindo eticamente, garantir para todas as pessoas esse direito à universidade. Quanto aos meios de comunicação, a questão da ética deve ser considerada. Qual o acesso que se tem hoje na determinação da programação da televisão? Outro dia o Chico Anísio falou mal de mim no 'Fantástico'. Eu entrei com direito de resposta na Justiça e em contato com o chefe de programação da Globo. Eles me deram o direito de resposta durante um minuto e trinta segundos. No outro domingo Chico Anísio falou outra vez. Eu teria que entrar na Justiça e demora mais quatro meses. Que ética é essa? Quando alguém pode falar mal de você e você não tem o direito de responder imediatamente? Às vezes você é obrigado a esperar seis meses, e quando chega o direito de resposta, acabou o momento político apropriado. Que ética é essa nos meios de comunicação quando qualquer pessoa, que votou cinco

anos para Sarney, conseguiu rádio, conseguiu televisão e o sindicato de São Bernardo, há quatro anos com um pedido de uma estação de rádio, não consegue. As universidades não têm direito a um canal de televisão, uma emissora de rádio! Então, não é possível!

A informação tem muito a ver com a ética

A informação tem muito a ver com a ética. A informação pode acobertar determinadas coisas e pode divulgar outras tantas. Por exemplo, no caso da NEC, em que há denúncia de envolvimento do Roberto Marinho e Antonio Carlos Magalhães. Está certo que outro que estava envolvido também, o Mário Garnero, não é nenhum santo. Mas ele estava envolvido.

Eles fizeram um acordo em Brasília, ACM e Quércia, para não se tocar, tanto na VASP quanto na NEC. E os meios de comunicação não divulgam. Como é que podemos, efetivamente, falar que existe ética em nossos meios de comunicação? A censura ideológica é determinada pelo dono da emissora na programação jornalística e na programação normal.

A distribuição de renda no Brasil não é ética

A questão da concentração de renda é outro aspecto que deve ser estudado com seriedade. Será que é ético um país que tem uma renda *per capita* de 4.036 dólares ter uma grande maioria vivendo com menos de cem dólares? Não é uma distribuição ética. No mínimo alguém está comendo o pãozinho que está faltando para aquele cidadão que está morando embaixo da ponte, ou para o companheiro camponês que está se afastando da sua terra natal para ser mais um indigente em uma grande metrópole brasileira. Não é ético, não é apenas no Brasil. Não é ética a relação do Primeiro Mundo com o Terceiro Mundo. Se imaginarmos que nós, do Terceiro Mundo, consumimos apenas 27% da riqueza e representamos 80% da população; se imaginarmos que 80% da população pobre comem apenas 20% da riqueza produzida; que 20%, representantes do Primeiro Mundo, consomem 80%, percebemos que há uma inversão de valores extraordinária. Tem gente comendo nosso bife. Tem gente tomando nosso café.

E o que é grave. Fui a um debate em Berlim e um físico de Munique começou a discutir uma coisa que me chamou muito a atenção. Precisamos começar, no Primeiro Mundo, a parar de discutir o que a gente vai conquistar. Nós agora precisamos começar a discutir o que vamos devolver.

Por que ele levantou essa tese? Ele levantou essa tese porque, num estudo que apresentou na universidade, chegou à conclusão que, para garantir a todo o povo do Terceiro Mundo o mesmo padrão de vida de um europeu ou de um americano, seria necessário que o planeta Terra fosse três vezes maior do que ele é hoje. Como não dá para aumentar o planeta Terra, e nós ainda não dominamos Marte ou outros planetas para sabermos se há riqueza para explorar, é preciso começar a distribuir, de forma mais justa, o que já existe, porque, senão, vai predominar na cabeça dos que já têm que nós temos que morrer sem ter. Então, começa a prevalever a idéia que tem de haver pobre mesmo, para que possa haver rico. Imaginem se, de repente, na China, todo chinês tivesse um carro. Ou se todo chinês tivesse um aparelho de ar-condicionado. Eu cito a China, poderia ser todo o Terceiro Mundo.

A falta de ética na distribuição da riqueza, que teoricamente deveria ser de todos, é o que gera a falta de ética nos comportamentos, que vão descendo até chegar, às vezes, às nossas salas de aula, ao nosso Congresso Nacional, à nossa Câmara de Vereadores, às vezes até na nossa própria casa. É por isso que digo que a ética envolve muito mais do que a questão política, porque envolve a nossa formação religiosa, envolve a nossa formação ideológica, envolve o que pensamos do mundo. O mundo, que está na nossa cabeça, está muito ligado ao nosso comportamento ético. É por isso que tem um ditado que diz: "A cabeça pensa aonde os pés pisam". Nós somos resultado do nosso meio ambiente. Se nós vivemos num meio ambiente corrupto, a tendência natural é aprendermos a viver com a corrupção sem que isso pareça um mal maior para todos nós. E nós sabemos que num país como o Brasil a roubalheira chega a tal ponto que o jornal *O Globo* (não é coisa do jornal da UNE, nem do PT, nem do PC do B, nem do PPS nem do PSB) publicou uma pesquisa, no dia 27, na primeira página, em que de 4190 empresários pesquisados, 90% sonegam algum tipo de imposto.

Se vivemos num meio corrupto, a tendência é aprender a viver com a corrupção

Há quem diga que para cada cruzeiro arrecadado há um cruzeiro sonegado. Só para entendermos os números, o Imposto Territorial Rural, em 1991, arrecadou apenas 53 milhões de dólares; o IPI de cigarro arrecadou um bilhão e meio de dólares. Isso significa que os grandes latifundiários deste país não estão pagando imposto, significa que muitos empresários estão sonegando imposto. E se eles estão sonegando imposto, estão faltando com a ética com aqueles que pagam, que são aqueles que recebem o contracheque no final do mês, porque é descontado na fonte.

Finalmente gostaria de terminar dizendo que precisamos colocar a questão da ética na ordem do dia outra vez. É preciso que continuemos passando para a classe política, para os empresários, para os sindicalistas, para os estudantes e para a sociedade que a luta pela ética não deve acontecer somente num determinado momento histórico em que um governante está envolvido numa maior ou menor corrupção. A ética exige de nós um comportamento diário. Durante um mês, durante um ano, durante a nossa vida. Nós temos que exigir que as pessoas sejam sérias. Nós temos que exigir um comportamento digno. Nós precisamos exigir que as pessoas que administram a coisa pública a administrem enquanto coisa pública, sabendo que ela é de todos e não deles. Se nós não entendermos isso como o cotidiano de nossa vida, estaremos contribuindo para que os corruptos continuem a vingar neste país. Não haverá nenhuma possibilidade, neste país, de se resolver o problema do analfabetismo, o problema de 15 milhões de deficientes físicos, de milhões de jovens que estão desempregados, sem escola para estudar, de milhões de meninas e meninos que estão se prostituindo a troco de um prato de comida . Não existirá nenhuma possibilidade de se evitar o êxodo rural. Não há possibilidade de mudar a política de distribuição de renda se não exigirmos que este país, de uma vez por todas, vire um país ético, com as pessoas se comportando decentemente. Depende somente de nós. Podemos exigir isso em nossas escolas, nossos sindicatos, em nossas casas.

É preciso colocar a questão da ética na ordem do dia

Gostaria de abordar, também, o problema dos meninos de rua. Quero dizer que não é apenas responsabilidade do Estado. Quantas pessoas poderiam se responsabilizar por uma criança de rua? Quantos de nós poderíamos adotar uma crianca?

Empresariado, comerciante? Não seria levar para casa, mas assumir a responsabilidade do material escolar e da cesta básica de uma criança, da sua alimentação mensal. Por que ficamos apenas esperando, jogando a culpa no Estado, como se nós ganhássemos e pudéssemos resolver isso amanhã? Por que que nós não assumimos enquanto cidadãos? Por que cada grande empresário não tem duas, três crianças de 14 a 16 anos trabalhando um período, estudando no outro, e ganhando um salário, tendo material de escola, tendo onde dormir? Por que nós não fazemos esse gesto, que é uma coisa mais prática, uma coisa mais concreta, que uma parcela da sociedade pode fazer? Acho que os alimentos que são jogados fora neste país poderiam minorar a fome de milhões de crianças de rua que estão aí. É uma coisa que nós vamos ter que pensar, enquanto sociedade organizada. Não dá para ficar jogando a culpa em cima dos outros. Porque, aqueles mesmos que prometem que vão resolver, quando ganham as eleições são os primeiros a mandar a polícia bater, porque pobre não pode ir à praia. Afinal de contas, vai poluir aquela praia de água tão limpa. Como vamos impedir que um pobre da favela de Santa Marta desça o morro e faça uma desgraça qualquer? Aqueles moleques estão a dois mil metros de altura, vivendo no meio de fezes, de esgoto, de tudo que não presta. O 'inseto' menor que passa perto deles é rato. Então eles descem o morro, chegam à avenida Atlântica, chegam a Ipanema. Aquelas crianças são induzidas pelo seu subconsciente a praticar qualquer coisa.

Aí, sim, é que entra o Estado, com mecanismos de educação, de distribuição de renda, mas também nós podemos contribuir. Essa é uma coisa que precisamos começar a pensar, e não largar apenas nas mãos dos outros. Nós precisamos começar a assumir, porque não é pouca gente, é muita gente. E a desgraça é só tentarmos cuidar da miséria a partir da própria miséria. E vamos resolver o problema da miséria cuidando onde ela já existe. Temos que evitar que novos focos de miséria comecem a surgir neste país. Precisamos cuidar das crianças de rua de hoje, evitando que surjam novas crianças de rua, através de um programa de educação para que as pessoas saibam efetivamente controlar a natalidade, até a produção de alimentos para distribuição gratuita aos segmentos mais pobres da nação. E a questão da fome é tão séria que o cidadão pode não ter onde dormir, ele dorme na calçada, pode não ter onde tomar banho, que ele fica sem banho, agora, sem comer, não dá.

Precisamos cuidar das crianças de rua hoje

Gostaria de juntar um leque de pessoas, de entidades, de Igrejas, para ver se despertamos neste país a consciência contra a fome. Porque antigamente, quando eu era pequeno, minha mãe era miserável, não tinha o que comer, mas se chegasse um mendigo em nossa casa, pedindo um prato de comida, o que fazíamos naquela época? Mandávamos entrar, e dávamos um prato de comida. Hoje, nós estamos tão assustados que se chega alguém pedindo comida, a primeira coisa que se faz é fechar o portão e não atender. Nós estamos perdendo por indução, por causa da ideologia vendida pela televisão, aquilo que nós tinhamos de mais sagrado que era o nosso espírito de solidariedade. Nós estamos perdendo isso e precisamos recuperar.

Por isso, eu quero dizer a vocês que as diferenças ideológicas não devem impedir que as pessoas se unam. Na votação do *impeachment* do Collor, todos nós nos unimos. Estávamos com a disposição de arrumar 336 votos, e não tive nenhum

constrangimento em conversar com o Quércia, do mesmo modo que conversava com o Lindberg, o Ibañez, ou qualquer outra pessoa. Terminada esta fase, houve afastamento ideológico entre várias pessoas, mas poderá haver momento em que tenhamos que nos juntar outra vez. O Itamar está na presidência e nós precisamos voltar a nos mobilizar para fazer este país voltar a andar. Este país está parado, atrofiado, estagnado, e nós temos que fazer este país andar, temos que discutir corretamente com Itamar a distribuição da riqueza, o que se vai fazer neste país.

Nós sabemos fazer oposição, mas temos responsabilidade com este país

Nós entregamos um projeto, não para o Itamar, mas para os partidos políticos, um projeto que não é do PT, é um projeto que entregamos para o PC do B, PTR, PSB, o PSDB, o PDT, mesmo fazendo oposição ao Itamar. Quando for necessário, nós precisamos chegar, não apenas ao Itamar, mas a todos os presidentes de partidos políticos, com uma proposta concreta para dizer à sociedade: nós sabemos fazer oposição, nós sabemos tirar governo, mas nós temos responsabilidade com este país, e nós queremos que o governo execute essa política, porque essa política é que poderá recuperar a esperança do nosso povo, de que o país vá crescer. É com essa visão que nós apresentamos um projeto para discussão. E eu espero que o presidente Itamar (depois do dia da votação do *impeachment*) faça um pronunciamento à nação e diga concretamente o que ele vai fazer e quais são suas primeiras medidas. Porque eu já começo a ver grandes companheiros nossos que estão no governo começando a justificar o injustificável. Nós não poderemos mais ouvir de um governo a seguinte tese: é meu primeiro ano, vocês têm que agüentar. É o primeiro ano para ele, mas para nós já faz vinte ou trinta anos que estamos esperando esse primeiro ano. Por isso, vocês vão ter que assumir essa briga, para não deixarmos que daqui a alguns meses o povo comece a ficar com saudades do Collor. Nós pensávamos que o Maluf estava morto em 1982 e percebemos que não estava. Portanto, temos que empurrar o Itamar, e quando eu digo empurrar é para empurrar mesmo, porque podemos ficar mais dois anos na expectativa. E aí vocês, do movimento estudantil, vocês da universidade, professores, funcionários, têm um papel extraordinário, por estarem aqui em Brasília nesse trabalho de pressão que precisamos continuar a fazer no país.

SUGESTÕES DE LEITURAS

A ética na política - Denis Rosenfeld. Brasiliense, 1992.
Ética - Adauto Novaes (org.) Sec. Municipal de Cultura de São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

PAX
EDITORA GRÁFICA E FOTOLITO Ltda.
Fones 321-7181 - 225 0926 - Brasília-DF
SIG/SUL - QUADRA 3 - BL "C" - Nº 72 - CEP 70610

A Universidade deve ser um instrumento fundamental para o conhecimento do homem e do universo. Tal propósito, porém, só se torna efetivo quando ela abriga não apenas o saber sedimentado e sacramentado, mas estimula também o pensamento inquieto, que rompe os limites do *status quo*, seja nos aspectos acadêmicos, tecnológicos ou artísticos, como no âmbito da filosofia e da prática.

O inquieto é o que não se acomoda.

Ao contrário, aponta o novo, aumenta os horizontes, desencadeia a criatividade. Daí nasce a semente, a idéia que se transforma em proposta, pesquisa, ensino, extensão, solução e luz.

Cabe à universidade promover o surgimento de novos dados, dando voz a pensamentos plurais e democráticos, no limiar de procedimentos inéditos, que mereçam uma tribuna e um espelho inteligente para refleti-los. Com esta visão, a Universidade de Brasília criou o Fórum do Pensamento Inquieto para questionar os paradigmas e reafirmar o desejo de mudanças verdadeiras para a transmutação qualitativa da humanidade.

Além deste fascículo/curso de educação a distância, O pensamento inquieto está editado, também, na forma de vídeo, produzido pelo Centro de Produção Cultural e Educativa da Universidade de Brasília (CPCE), e de livro, pela Editora Universidade de Brasília (EdunB).

ISBN 85-230-0035-5